

Municípios reivindicam regularização nos repasses do Ministério das Cidades

O atraso no repasse financeiro para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e outros convênios, além da destinação de recursos das multas de trânsito foram pauta de audiência da FNP com o secretário-executivo do Ministério das Cidades, Luciano Patrício, no dia 29 de julho. **Pág. 8**

Senado aprova PEC que permite a entidades municipalistas propor ações de inconstitucionalidade

O plenário do Senado Federal aprovou, no dia 6 de julho, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 73/2015, legitimando que entidades, como a FNP, que representam nacionalmente municípios, proponham Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC). **Pág. 5**

Representantes de cidades pedem mais previsibilidade nos repasses para a Saúde



Igo Estrela / FNP

Em busca de soluções para a acentuada queda nos repasses e transferências de recursos federais, a prefeita do Guarujá/SP e vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, Maria Antonieta, e gestores de outros sete municípios se reuniram no dia 29 de julho, em Brasília/DF, com o secretário-executivo do Ministério da Saúde (MS), Antônio Carlos Nardi. **Pág. 9**

FNP articula adequações na Lei de Responsabilidade Fiscal



Igo Estrela / FNP e Palácio do Planalto / Divulgação



Diante da tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, que trata das dívidas dos estados com a União e de ajustes na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a FNP articulou a inclusão de duas emendas de ajuste aos artigos 42 e 66. **Págs. 6 e 7**

TCU libera edital para novos cursos de Medicina

Em sessão plenária do dia 20 de julho, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a liberação do edital de abertura de 2.290 vagas em cursos de Medicina em 39 cidades do país. A ampliação na formação de profissionais faz parte do programa Mais Médicos para o Brasil. **Págs. 2 e 3**

EDITORIAL

Mais médicos e perto da população

Faltam médicos no Brasil. Essa constatação reflete um cenário lastimável para a saúde de milhões de pessoas. Emergencialmente, o programa Mais Médicos, que contratou profissionais brasileiros e estrangeiros, supriu essa carência não só nos 700 municípios que não tinham nenhum médico, como em muitos outros que apresentavam ausências mais pontuais. Mas além desse provimento com prazo pré-estipulado, o país precisa responder a esta situação de forma estruturante, por isso, a abertura de novas vagas de formação, parte do segundo eixo do programa, é fundamental.

Para os prefeitos e prefeitas, promover o acesso à saúde pública de qualidade certamente está entre as principais atribuições e preocupações. No entanto, para que os municípios consigam atender a essa demanda e obrigação constitucional de forma satisfatória, é imprescindível que sejam contratados mais médicos. Segundo dados do Ministério da Saúde, das 27 unidades da federação, 22 estão abaixo da média nacional na proporção médico por habitante. Há estados com indicador de menos de um profissional para cada mil pessoas, o que inevitavelmente prejudica – e muitas vezes inviabiliza –, o acesso aos serviços de saúde.

O Brasil, ao longo de sua história, já enfrentou dilemas de formação acadêmica em outras áreas. Mas, atualmente, se uma cidade precisa de engenheiro, advogado ou professor, abre um concurso público e preenche as vagas, no entanto, com médicos é diferente, faltam profissionais. Por isso, precisamos romper com o tabu desse tema e abrir mais formações em medicina.

De 2002 a 2012, por exemplo, o número de médicos formados no Brasil correspondia a 65% da demanda da sociedade, demonstrando um déficit de 53 mil profissionais. Em 2011, dois anos antes do lançamento do programa Mais Médicos, havia 1,8 médicos para cada mil habitantes no país. Outros países da América do Sul, como Uruguai e Argentina, possuíam o dobro de profissionais, proporcionalmente, no mesmo período.

Por isso, a liberação pelo Tribunal de Contas da União (TCU), do edital para implantação de novas vagas em cursos de medicina em 39 cidades, suspenso desde outubro de 2015, representa um importante avanço. Prefeitos e prefeitas acompanharam com apreensão a paralisação do edital do Ministério da Educação e, em diversas reuniões e ofícios, solicitaram um posicionamento sobre o tema. Finalmente, no dia 20 de julho, o TCU deliberou pela continuidade do edital, que abrirá 2.290 vagas (leia mais na página 3).

Com a abertura de novas vagas na formação, a demanda da sociedade por serviços de saúde poderá ser mais bem atendida em nossas cidades, garantindo às pessoas o direito constitucional à saúde pública, de qualidade e universal. Para combater a escassez desses profissionais e os desníveis regionais, é preciso expandir de forma orientada o ensino médico pelo país, ampliando a oferta de cursos e assegurando a interiorização das faculdades. O aumento do número de vagas para graduação deve ser combinado com o aumento de possibilidades em residências médicas, para que, depois de formado, possam permanecer na região. Isso favorece muito a fixação dos profissionais, que mantém vínculos na comunidade.

A formação de médicos, melhor distribuída territorialmente pelo país, em poucos anos poderá promover uma grande evolução na saúde pública. Assim, junto com mais investimentos nos serviços e na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), o Brasil poderá alavancar os índices nacionais aos níveis internacionais de boa prestação de atendimento ■

Joinville incentiva propostas inovadoras para economia

Com o objetivo de estimular novos segmentos econômicos, voltados principalmente para o perfil tecnológico e da inovação, a prefeitura de Joinville/SC lançou neste ano o projeto Join. Valle. Desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Joinville (Side), a iniciativa propõe um novo paradigma de gestão do espaço urbano dentro do conceito de Cidades Inteligentes e Humanas (Human Smart Cities).

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Danilo Conti, explica que a base do programa é tornar Joinville uma cidade com serviços modernos para melhorar a qualidade de vida das pessoas, direcionados

à cocriação da cidade do futuro.

“Estamos migrando para um novo mundo onde a tecnologia torna-se um pano de fundo de nossas vidas, em que a infraestrutura tecnológica colhe dados, transforma esses dados em informações e faz uma gestão voltada para as pessoas e com as pessoas”, explica.

Segundo Conti, o caminho para apoiar a transformação de Joinville nesse modelo de cidade se baseia nos seguintes princípios: infraestrutura tecnológica, democratização do acesso à internet e criação de um ecossistema criativo.

Essas metas serão atingidas através da atração de empresas de base criativa, fomento à rentabilidade do

patrimônio público e estímulo à geração de emprego e renda de alto valor agregado.

Na direção de transformar Joinville em uma cidade inteligente, a prefeitura já oferece várias comodidades à população por meio eletrônico como 2ª via do carnê de IPTU, alvarás, certidões, Sistema de Informações Georreferenciadas (Singeo), Sistema Eletrônico de Informações, adoção de tablets e lousas digitais, notebooks na rede escolar. Já estão previstos o sistema de estacionamento rotativo, radares e centro de operações integradas ■

Boas prática indicada pelo município



AGENDA

*Agendas do IV EMDS em destaque

DATA	EVENTO	LOCAL	INFORMAÇÕES
09/ago	Grandes Obras na Amazônia: Fórum Integrador	Belém/PA	www.fgv.br/ces
23 e 24 /ago	Seminário Nacional NTU	Brasília/DF	www.ntu.org.br
25/ago	Reunião do Fórum de Secretários e Dirigentes Municipais de Desenvolvimento Econômico de João Pessoa	João Pessoa/PB	www.fnp.org.br
25 e 26/ago	56º Fórum Nacional dos Procuradores-Gerais das Capitais	Porto Alegre/RS	www.laghettomoinhos.com.br
26/ago	1ª Reunião do Conselho Consultivo do IV EMDS	Belo Horizonte	www.fnp.org.br
30/ago	Simpósio Fundos Constitucionais: Desafios ao Fomento de Desenvolvimento Regional	Brasília/DF	www.camara.leg.gov.br
30/ago	Workshop de Saneamento Básico da FIESP sobre "Eleições Municipais: Propostas para o Saneamento"	São Paulo/SP	www.fiesp.com.br
02/set	Reunião do Conselho Consultivo do IV EMDS	São Paulo/SP	emds.fnp.org.br
16/set	Reunião do Conselho Consultivo do IV EMDS	Brasília/DF	emds.fnp.org.br
22/set	CNI Sustentabilidade 2016 - Biodiversidade e Florestas: novos modelos de negócios para a indústria do amanhã	Rio de Janeiro/RJ	www.cni.org.br
23/set	Reunião do Conselho Consultivo do IV EMDS	Rio de Janeiro/RJ	emds.fnp.org.br

Presidente: Marcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte - MG). Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela (prefeito de Aparecida de Goiânia - GO). Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge (prefeito de Canoas - RS). Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati (prefeito de Porto Alegre - RS). Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro - RJ). Secretário-geral: Luiz Marinho (prefeito de São Bernardo do Campo - SP). Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Cristiane Rosa, Ingrid Freitas, Lívia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira. Ilustração: Phillipe Cedro. Tiragem: 12 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 – CEP: 70340-910 – Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 4/08/2016.



TCU libera prosseguimento do edital para abertura de novos cursos de Medicina em 39 cidades

Em sessão plenária do dia 20 de julho, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a liberação do edital do Ministério da Educação (MEC) que dispõe sobre a abertura de 2.290 vagas em cursos de Medicina. A decisão põe fim ao processo nº 022.106/2015-4, em que foram julgadas supostas irregularidades no certame, e atende à reivindicação de governantes locais articulados e mobilizados pela FNP.

Suspenso desde o dia 9 de outubro de 2015 pelo TCU, a decisão vai beneficiar 39 municípios que aguardavam pelo desfecho da ação e retomada das fases previstas no edital. A ansiedade estava em garantir a formação de médicos em cidades do interior e, assim, diminuir o déficit desses profissionais para a melhoria dos serviços de saúde locais.

Decisão

Durante a sessão plenária, o ministro Vital do Rêgo, revisor do processo, apresentou voto divergente da proposta apresentada pela relatora, ministra Ana Arraes, que defendia a anulação do edital por ferir alguns princípios licitatórios e a declaração de inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 12871/2013 (Lei do Mais Médicos), base legal utilizada para a publicação do edital.

O ministro argumentou que, apesar de reconhecer alguns dos vícios apontados pela relatora, não os considera suficientes para a anulação e que os parâmetros de avaliação utilizados para o julgamento estavam previstos no edital, porém sem a fixação dos critérios, que surgiram após amplo debate com a sociedade. Vital do Rêgo considerou, ainda, que é de interesse público a manutenção do edital, levando em consideração também

os investimentos já realizados pelos municípios, conforme ponderou a FNP por meio de petição apresentada na condição de amicus curiae.

Na representação como amicus curiae, entre os argumentos apresentados, a FNP chamou a atenção para os investimentos realizados pelos municípios que empreenderam uma série de ações, com importantes impactos financeiros, em razão das exigências contidas no edital para atender às regras de adequação da infraestrutura local de equipamentos necessários.

Com exceção da ministra relatora, Ana Arraes, os demais ministros seguiram na linha do entendimento do ministro revisor e também votaram contra a suspensão do edital, assegurando que sejam criados novos cursos de Medicina. Participaram os ministros Bruno Dantas, José Múrcio, Benjamin Zymler, Augusto Nardes e Walton Alencar, finalizando a

votação em 6 a 1.

Atuação FNP

A questão foi um dos pontos da carta “Propostas urgentes e estruturantes para a vida nas cidades”, uma iniciativa da FNP consolidada por prefeitos representantes de mais de 10 partidos políticos e encaminhada ao presidente da República interino, Michel Temer, no dia 18 de maio. Segundo o documento, “é fundamental que sejam abertos novos cursos de medicina, interiorizando a formação dos profissionais médicos. A falta de médicos compromete a garantia do direito à saúde”.

A carta foi apenas uma das ações promovidas pela FNP para sensibilizar o TCU quanto à necessidade de agilizar o julgamento do processo. No dia 1º de dezembro de 2015, uma delegação de prefeitos de municípios afetados pela deci-

são se reuniu em audiência com a ministra relatora, Ana Arraes, que determinou a suspensão parcial do edital em novembro de 2015. Na data, os prefeitos se encontraram também com os ministros Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, Vital do Rego, Benjamin Zymler e Bruno Dantas, para pedir celeridade na deliberação.

Em março, a FNP ingressou no processo como amicus curiae para apresentação de um parecer jurídico sobre o tema, com argumentos técnicos que contestavam as alegações que sustentavam o pedido de anulação do edital.

A oferta de novas vagas em cursos de Medicina é um dos pilares do Mais Médicos. O programa, criado pelo governo federal, é resultado da campanha “Cadê o médico?”, promovida pela FNP em defesa da saúde pública, em janeiro de 2013 ■



FNP trata de fechamento das contas de 2016 e de repasses da União com secretário-executivo Eduardo Guardia

Igo Estrela / FNP



Maria Antonietta detalhou preocupação dos prefeitos

A prefeita de Guarujá/SP e vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, Maria Antonietta, e um grupo formado por secretários de Finanças de diversos municípios brasileiros participaram de uma reunião técnica com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Refinetti Guardia, e a subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais do Tesouro Nacional, Priscila Santana, para tratar de pontos relacionados às finanças municipais.

O encontro ocorreu no dia

15 de julho, em Brasília/DF, e é continuação da audiência do presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no dia 27 de junho.

Maria Antonietta apresentou pontos da pauta da FNP com temas como: transferências de recursos da União para os municípios, fechamento de contas, dívidas dos municípios com a União e modificação do art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). O secretário Guardia e a subsecretária Priscila Santana

mostraram-se sensibilizados com as demandas municipalistas.

Falando sobre obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em atraso ou que foram interrompidas por falta de repasse, Guardia disse que está na programação do governo a continuação das obras. “Sabemos que o volume de atrasados do PAC é muito grande, mas esse contingenciamento está calçado por uma margem financeira para suprir todas as obras, previsto na meta fiscal deste ano. Está na nossa programação e estamos

em constantes discussões sobre esse assunto”.

Os secretários de Finanças presentes na reunião questionaram a queda do repasse para saúde e educação. Citando como exemplo, o secretário de Finanças de Belo Horizonte/MG, Pedro Meneguetti, afirmou que a capital mineira recebeu, para o Sistema Único de Saúde (SUS), em 2016, um valor nominal 7% menor do que em 2015.

Os secretários pediram garantia do governo federal de que os repasses para as áreas, em 2016, sejam no mínimo os valores de 2015, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O secretário Guardia solicitou à FNP que recolha dos municípios a informação da queda desses repasses para tomar providências a respeito do tema.

Sobre o fechamento de contas, o secretário de Finanças de São Paulo/SP, Rogério Ceron, ressaltou o avanço da contabilidade pública sobre normas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O secretário destaca uma insegurança jurídica para os gestores municipais nesta situação, especialmente por este ser o último ano dos mandatos.

Além da prefeita de Guarujá/SP, Maria Antonietta, estiveram presentes na reunião o secretário de Finanças de Belo Horizonte/MG, Pedro Meneguetti; o secretário de Finanças de São Paulo/SP, Rogério Ceron; o secretário de Fazenda de Sorocaba/SP, Aurílio Caiado; o secretário de Finanças de Campinas/SP, Tarcísio Cintra; e o secretário de Planejamento e Coordenação de Cuiabá/MT, Francisco Serafim.

Dívidas dos municípios com a União

O secretário-executivo Eduardo Refinetti Guardia afirmou que o Ministério da Fazenda se manterá inflexível em renegociar as dívidas dos municípios com a União.

Guardia afirmou ainda ser contra a renegociação inclusive com os bancos públicos (Caixa, Banco do Brasil - BB e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES).

A justificativa do secretário Guardia para a não renegociação das dívidas é o rombo nas contas públicas da União. “Infelizmente, levaremos um bom tempo para fechar o déficit do governo. Segundo dados nossos, só serão sanados em 2019”, enfatizou ■

PL sobre venda de dívidas municipais aguarda votação

O Projeto de Lei 204/2016 que permite a municípios, estados e União a venda de suas dívidas a pessoas jurídicas aguarda para ser votado no Senado Federal. Caso aprovado, o projeto pode render uma fonte de receita para os governos enfrentarem o período de baixa arrecadação de tributos.

De acordo com avaliações preliminares do projeto, a União poderia obter uma receita de R\$ 110 bilhões com operações de cessão de direitos creditórios sobre a dívida ativa. Conforme consta na justificativa do PL, “o potencial de arrecadação nos diversos estados e municípios é igualmente relevante,

como demonstram as operações já feitas com base em leis locais e em resoluções do Senado, a quem cabe, por mandamento constitucional, regular aspectos dessas operações.”

Ainda conforme a justificativa do projeto, a medida permitirá a obtenção de caixa com a venda de direitos que, hoje, não têm liquidez, seja porque ainda dependem de procedimentos operacionais e legais de cobrança e execução, seja porque parte desses créditos correspondem a financiamentos de longo prazo dos débitos confessados e assumidos pelos contribuintes no âmbito de renegociações de dívidas tributárias previstas em leis específicas ■



Reunião aconteceu no ministério da Fazenda

Igo Estrela / FNP

Senado aprova que entidades municipalistas nacionais possam propor ADI e ADC

CONQUISTA da FNP

O Senado Federal aprovou, no dia 6 de julho, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 73/2015, que legitima as entidades nacionais, como a FNP, que representam os municípios a proporem Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC). O texto segue agora para a Câmara dos Deputados. Para ser aprovada, a PEC precisa passar por dois turnos, com intervalo de cinco sessões entre uma e outra votação. Serão necessários 308 deputados para a aprovação.

Este pleito da FNP esteve no documento “Propostas urgentes e estruturantes para a vida nas cidades”, construído pelos prefeitos e prefeitas da FNP e entregue, no dia 18 de maio, ao ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima. Consolidada por representantes de mais de 10 partidos políticos, a carta foi encaminhada ao presidente da

República interino, Michel Temer.

O relator da PEC no Senado, senador Garibaldi Alves Filho (RN), considerou a matéria legítima e oportuna. Ele observou que constantemente os municípios ficam desprotegidos em relação a iniciativas do governo federal e a proposta é uma forma de consolidar o regime federativo do país. “Temos muitas iniciativas de cima para baixo que terminam por afetar os interesses dos municípios. Portanto, é legítimo que, a exemplo dos estados, os municípios também possam propor essas ações, já que eles também são unidades federadas”, disse o parlamentar.

Relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Antonio Anastasia (MG), louvou a iniciativa e lamentou que somente agora, após 28 anos da promulgação da Constituição, a modificação tenha sido feita.

Por iniciativa do senador Antonio Carlos Valadares (SE), com apoio de outros 26 senadores a PEC 72/2015 altera o artigo 103 da Constituição Federal. A medida foi incluída pela Comissão Especial de Aperfeiçoamento do Pacto Federativo na lista de propostas legislativas prioritárias para o Senado.

A Constituição de 1988 prevê que essas ações só poderiam ser tomadas pelo presidente da República, as Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, o procurador-geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), partido político com representação no Congresso Nacional, além de confederação sindical ou entidade de classe com representação nacional. Em 2004, a Emenda Constitucional 45 concedeu essa prerrogativa ao governador e a Câmara Legislativa do Distrito Federal ■

Assuntos Federativos da Presidência da República tem novo subchefe



Leonardo Américo Silveira de Oliveira foi nomeado para Subchefia de Assuntos Federativos – SAF, cargo ligado à Secretaria de Governo da Presidência da República. O novo subchefe é administrador de empresas e foi vereador em Igarapã/BA.

A Subchefia de Assuntos Federativos tem o objetivo de estreitar relações entre o governo federal e os estados, Distrito Federal e municípios, acompanhando o desenvolvimento de ações de maneira articulada com os ministérios e órgãos da administração pública federal.

FNP prepara, em São Paulo, pautas sobre finanças dos municípios

Meilin Neves / PMG



PEC dos Precatórios e queda das transferências de recursos da União estiveram na pauta

Cerca de 50 pessoas, entre prefeitos, procuradores municipais e secretários de finanças, representando 23 municípios, participaram dia 8 de julho, em São Paulo/SP, de um debate técnico promovido pela FNP. O encontro teve como pauta a análise comparativa de duas Propostas de Emendas à Constituição (PECs 233 e 212), que tramitam na Câmara dos Deputados e instituem regime especial para pagamento de precatórios e outros temas sobre finanças dos municípios, como dívidas com a União e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Na reunião, o consenso foi de que a PEC mais adequada aos municípios é a 233, já que permite aos municípios, em um primeiro momento, o acesso a linhas de financiamento para pagamento das dívidas e a utilização de 75% de depósitos judiciais (atualmente é de 70%). Outra vantagem da PEC, segundo o grupo, é a possibilidade de acesso a 20% de depósitos judiciais privados, sendo 10% para estados e 10% para municípios, o que permitiria, em cinco anos, uma alternativa de encontrar caminhos para quitar as dívidas de precatórios.

Para a prefeita de Guarujá/SP e vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, Maria Antonieta de Brito, o ideal seria unir aspectos da PEC 233 com o prazo da PEC 212. “Porém, nós entendemos que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem um posicionamento e nós estamos procurando seguir o posicionamento da modulação”, ressaltou. Além da prefeita, o debate contou com a participação dos prefeitos de Divinópolis/MG, Vladimir Azavedo, vice-presidente de Gestão Pública da FNP; de Sorocaba/SP, Antonio Carlos Pannunzio, vice-presidente

de Mobilidade Urbana; e de Itapuí/SP, José Eduardo Amantini.

Os governantes locais defenderam o caráter emergencial relacionado à questão dos precatórios, sobretudo em razão do fim dos mandatos e da necessidade de alternativas para garantir a gestão em 2017. A preocupação é a receita corrente líquida (receita mensal do município) comprometida. Segundo eles, esse contexto inviabiliza a gestão pública, por falta de recursos suficientes para honrar compromissos nas políticas de saúde, educação, e demais áreas.

A PEC 233/2016, original 74/2015 na Câmara e 159/2015 no Senado, está atualmente na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Estabelece o pagamento em cinco anos. A outra, PEC 212/2016, original 152/2015 no Senado, também na CCJ, tem um prazo de pagamento em 10 anos.

Outros assuntos

Ainda na reunião, foi debatida a regulamentação do artigo 42 da LRF, que proíbe os prefeitos, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, de contrair obrigação de despesa. O

tema foi tratado com foco na necessidade de um entendimento único em relação à aplicação do artigo 42, para evitar que, com o atual momento econômico, os prefeitos que terminam seus mandatos incorram em improbidade administrativa, contas rejeitadas e, até mesmo, mandados de prisão.

De acordo com a prefeita Antonieta, o que se pretende não é a flexibilização da legislação, mas sim a mesma conduta a todos os estados. “Afim, diante da crise econômica, o planejamento orçamentário e financeiro dos municípios ficam prejudicados”, disse.

A queda nas transferências de recursos da União para os municípios, principalmente na área da saúde, também foi pontuada durante o encontro. Sobre o assunto, os prefeitos, procuradores municipais e secretários declararam ser imprescindível que o governo federal mantenha em dia o fluxo dos repasses e o valor de 2015. A reivindicação é para que os municípios tenham alguma capacidade de planejamento neste segundo semestre, com fechamento das contas e ações no sistema de saúde pública ■

FNP articula aprovação de ajustes na Lei de Responsabilidade Fiscal



Deputados Rodrigo Maia e Rubens Bueno receberam Fortunati

A FNP está trabalhando para promover atualizações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Prefeitos se mobilizaram em conversas presenciais e por telefone, no dia 3 de agosto, para garantir apoio às propostas de adequações feitas pela entidade.

Antes, no dia 29 de julho, a FNP enviou ofício ao deputado federal Espiridiano Amim, relator do Projeto de Lei Complementar (PLP)

257/2016, que trata da renegociação de dívidas dos estados com a União e de alterações na LRF, pedindo que os artigos 42 e 66 sofram adequações.

Na sequência, os líderes do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), Jovair Arantes, com o apoio do PDT (Partido Democrático Trabalhista) e do PSB (Partido Socialista Brasileiro), Paulo Foletto, com apoio da Rede e do PTN (Partido Trabalhis-

ta Nacional) a pedido da FNP, apresentaram propostas de emendas contendo alterações em dois pontos (PTB/PDT - EMPs 243 e 244 e PSB/Rede/PTN - EMP 234).

Sobre a proposta de emendas

Diante do cenário de instabilidade econômica e insegurança jurídica, a FNP solicitou ajustes na Lei de Responsabilidade

Fiscal (LRF). No pedido, enviado no dia 29 de julho, a FNP relata o contexto de crise que tem levado municípios a decretar estado de calamidade financeira, impactando diretamente no enfraquecimento da economia do país e esclarece a necessidade de mudança em dois pontos do texto da LRF.

O primeiro é o artigo 42. O intuito é que o texto deixe claro que a aferição do seu cumprimento deve

ser feita mediante a contraposição da disponibilidade de caixa com os restos a pagar processados (despesas liquidadas). Atualmente, há divergências entre os Tribunais de Contas e, por vezes, entre conselheiros de um mesmo Tribunal, sobre a interpretação da Lei, gerando insegurança jurídica aos governantes.

A FNP requereu, ainda, o

acréscimo de um dispositivo, conforme já previsto no artigo 66 da própria LRF que trata de algumas exceções de despesa de pessoal e dívida fundada. O objetivo é ponderar as vedações estabelecidas no artigo 42.

No texto sugerido, a vedação deve ser suspensa caso haja crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) na-



Maguito Vilela esteve com ministro Padilha

Municípios decretam estado de calamidade financeira

Um levantamento realizado pela FNP mostra que 18 municípios brasileiros teriam decretado estado de calamidade financeira entre 2015 e 2016. Isto é reflexo do que vários estados e municípios estão enfrentando para o fechamento de contas, principalmente pela queda nas receitas dos principais impostos e repasses constitucionais, na arrecadação do ICMS, dos royalties e das participações especiais; em conjunto com a retração da economia brasileira.

Municípios como Teresópolis/RJ; Betim/MG; Uberaba/MG; Vespasiano/MG; Itabira/MG; Campo Florido/MG; Delta/MG; Conceição das Alagoas/MG; Planura/MG; Pirajuba/MG; Água Comprida/MG; Comendador Gomes/MG; Sacramento/MG; Veríssimo/MG; Fronteira/MG; Frutal/MG; Ibiá/MG; Itapagipe/MG; Perdizes/MG e Pedrinópolis/MG, além do estado do Rio de Janeiro, decretaram calamidade financeira.

Em abril deste ano, prefeitos de 14 cidades do Triângulo Mineiro aprovaram, em reunião na Câmara

Municipal de Uberaba, um decreto conjunto de calamidade. No decreto, os prefeitos querem a revisão imediata do Pacto Federativo, com recursos suficientes para a execução das obrigações municipais, a abertura de um canal de comunicação entre governo estadual, federal e gestores municipais e a abertura de um prazo de carência na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Alerta do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) mostra que, em setembro de 2015, 33 prefeituras já haviam atingido o limite prudencial de gastos com pessoal permitido pela LRF.

Menos Receita

Em 2015, 42,6% dos 5.570 municípios brasileiros não conseguiram fechar as suas contas. A arrecadação total aumentou 6,3% nominais e a despesa, 9,4%. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM), principal fonte de receita para 60% dos municípios brasileiros, encolheu 14%, descontada a inflação, no primeiro trimestre diante do mesmo

período do ano passado, o equivalente a R\$ 323,5 milhões.

O corte de 17 bilhões de reais no orçamento do Ministério das Cidades interrompeu os projetos do programa federal "Minha Casa Minha Vida", entre outros programas. O balanço dos prejuízos inclui a perda de R\$ 120 bilhões para as administrações municipais, provocada pela renúncia do governo federal a receitas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda entre 2009 e 2014.

Mais Gastos

As prefeituras têm 6,3 milhões de servidores, inclusive terceirizados, e a folha de pagamento somou 240 bilhões de reais no ano passado. Os maiores gastos são com educação e saúde. Cerca de 24% da arrecadação destina-se ao pagamento de 1,2 milhão de professores. O piso do magistério aumentou 11,4% em janeiro, impacto de R\$ 8 bilhões. O aperto fiscal soma-se ao subfinanciamento sistemático de alguns programas federais. O custo médio da

merenda é de R\$ 2,50 por aluno, e o do transporte escolar, R\$ 114, mas o governo repassa R\$ 0,30 por aluno para o primeiro gasto R\$ 12 para o segundo. Além disso, os cortes reduziram a eficácia do combate, em 2015, às três epidemias de doenças transmitidas pelo mosquito Aedes Aegypti (Dengue, Zika vírus e Chikungunya).

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de janeiro a março teve queda real (que leva em conta a inflação acumulada no período) de 18,86% em relação ao ano passado. Em 2015, nesse mesmo período, a arrecadação desse imposto, que é dividido entre estado e município, foi de R\$ 2,1 milhões contra R\$ 1,8 milhão neste ano.

Responsabilidade Fiscal

Além de enfrentar a falta crônica de dinheiro, os prefeitos podem sofrer sanções se as contas estourarem. A Lei 10.028, de 2000, prevê punições aos transgressores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), incluídas a suspensão de transferên-

cias voluntárias e de projetos, multa de 30% dos vencimentos anuais e prisão do chefe do Executivo.

Conforme determina o art. 65 da LRF, na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, na hipótese dos estados e municípios, enquanto perdurar a situação fica autorizada a suspensão temporária: da contagem dos prazos de controle para adequação e recondução das despesas de pessoal (artigos 23 e 70); dos limites do endividamento (artigo 31); das metas de resultados fiscais (inciso II do art. 65) e da utilização do mecanismo da limitação de empenho (artigo 9º).

Com o aval do Tribunal de Contas da União (TCU), que reconheceu o caráter de urgência, o governo federal editou Medida Provisória 736, de 30/06/2016, em que abriu crédito extraordinário em favor de transferências a estados, Distrito Federal e municípios, no valor de R\$ 2,9 bilhões ■

Cal no PLP 257/2016

Igo Estrela / FNP

cional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres. Além disso, a despesa orçamentária liquidada no último ano de mandato não deve ser superior à despesa orçamentária liquidada do exercício anterior, corrigida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou de outro índice que vier a substituí-lo.



Líder do PSDB foi solidário com prefeitos

As articulações da FNP

Mobilizados, prefeitos têm mantido tratativas com deputados e o governo federal. O prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, manteve conversa por telefone com o ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Geddel Vieira Lima.

O prefeito de Aparecida de

Goiânia/GO, Maguito Vilela, vice-presidente Nacional da FNP, esteve com o ministro-chefe da Cara Civil, Eliseu Padilha. Também participou da reunião o deputado federal Daniel Vilela. Na ocasião, o prefeito solicitou que o governo seja sensível à demanda da FNP. O ministro afirmou que vai cuidar do assunto internamente.

Na Câmara dos Deputados, os prefeitos de Porto Alegre/RS, José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais da FNP e de Maceió/AL, Rui Palmeira,

se reuniram com o líder do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), Antônio Imbassahy.

O deputado, que já foi prefeito, se mostrou solidário ao pedido de apoio às emendas e falou da conversa no mesmo sentido

que teve mais cedo com o prefeito de Sorocaba/SP, Antônio Pannunzio, vice-presidente de Mobilidade Urbana da FNP.

Também no dia 3 de agosto, o prefeito Fortunati esteve reunido com o vice-líder do PSD (Partido Social Democrático), Joaquim Passarinho. O deputado disse que está atento ao pleito.

O prefeito de João Pessoa/PB, Luciano Cartaxo e a prefeita de Ribeirão Preto, Darcy Vera, vice-presidente de Infraestrutura Urbana da FNP, também estão conversando com deputados do partido para que apoiem às emendas propostas.

Na sequência, em reunião articulada pelo prefeito de Macapá/AP, Clécio Vieira, Fortunati esteve com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Também participou do encontro, a pedido do prefeito de Maringá/

PR, Carlos Pupin, o líder do PPS (Partido Popular Socialista), Rubens Bueno, que reafirmou seu apoio à pauta dos municípios.

O presidente da Casa afirmou que o governo federal apontou, em um primeiro momento, dificuldades para aprovação das emendas. “No entanto, diante dos argumentos da FNP, e do risco de massivos decretos de calamidade financeira, levaremos a pauta mais detalhada para os ministros da Casa Civil, Eliseu Padilha e da Fazenda, Henrique Meirelles” afirmou ■



Vice-líder do PSD está atento à demanda da FNP

Pesquisa Firjan indica pior situação fiscal dos municípios nos últimos dez anos

Dados divulgados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) apontam que os municípios brasileiros enfrentam a pior situação fiscal da década. A informação foi constatada pelo Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), referente a 2015, que utiliza dados oficiais, como os informados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para apresentar um panorama sobre a situação fiscal dos municípios brasileiros.

O índice avaliou a situação de 4.688 municípios, onde vivem 180 milhões de pessoas, o equivalente a 89,4% da população brasileira. Segundo o gerente de estudos econômicos da Firjan, Guilherme Mercês, a crise municipal reflete o cenário dos estados e da União. “Na verdade, essa deterioração fiscal foi aparecendo em sequência nos níveis de governo”.

De acordo com o estudo, estados e municípios estão à beira da insolvência, tendo como agravante o fato de que centenas deles já estão descumprindo os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em 2015, ano de referência do

panorama, houve uma forte queda das receitas, sobretudo das advindas com transferências estaduais e federais. A redução desses repasses não foi acompanhada pela redução dos gastos com pessoal. Como consequência, as despesas com o funcionalismo municipal pesaram ainda mais nos orçamentos, reduzindo a capacidade de investimento das prefeituras e aumentando o uso de restos a pagar como variável de ajuste das contas.

Composto por cinco indicadores: Receita própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida, a metodologia permite comparação relativa e absoluta e uma análise ao longo dos anos.

No que se refere ao índice Receita Própria, o indicador apontou menor nota (0,2531 pontos), confirmando elevada dependência dos municípios quanto às transferências estaduais e federais. Já o índice Gastos com Pessoal atingiu seu pior resultado (0,4743), o que significa que os municípios nunca tiveram seus orçamentos tão comprometidos com folha de pagamento de funcionários. Impacto também nos índices de Investimentos e Liquidez,

confirmando o corte de investimentos e uso de restos a pagar como instrumento de ajuste fiscal. Já o índice Custo da Dívida apontou que a dívida com a União não é um problema para



a maioria das prefeituras.

Ainda sobre o índice Receita Própria, o panorama aponta que 4.355 das prefeituras analisadas não foram capazes de gerar nem 30% de suas receitas; apenas 216 geraram mais

de 30% e somente 137, mais de 40%.

Em relação ao índice que analisa Gastos com Pessoal, 740 prefeituras ultrapassaram o teto de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL) estabelecido em lei para as despesas com o funcionalismo público. Em 2007, apenas 115 estavam nessa situação. Entre os anos de 2007 e 2015, a proporção de RCL consumida por essas despesas passou de 46,3% para 54,1%. As prefeituras que consomem entre 50% e 60% da sua RCL com gastos com pessoal chegaram a 2.684 (57,3%). Se mantido esse ritmo, nos próximos cinco anos mais de mil prefeituras romperão o limite estabelecido pela LRF.

Quanto aos investimentos, houve um corte intenso e generalizado nos municípios brasileiros. Os investimentos caíram e 3.043 (64,9%) cidades investiram menos que em 2014. Com o percentual médio de 9,0% de investimento da RCL, abaixo da média histórica de 11,7% e do pico de 14,2% atingido em 2012, esse índice mostrou que mais da metade das prefeituras brasileiras não conseguiram investir nem 8% de sua RCL.

Outro dado importante, apontado pelo o índice de Liquidez da pesquisa, é o uso de restos a pagar como forma de financiamento de despesas. De acordo com esse dado, em média, as prefeituras viraram 2015 com 57,9% do caixa comprometido com despesas do exercício anterior, praticamente o dobro do observado em 2007 (30,4%). Além disso, 1.450 cidades encerraram 2015 sem recursos em caixa para cobrir os restos a pagar no ano seguinte, foi o caso de capitais como Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Campo Grande/MS, Florianópolis/SC, Goiânia/GO e Teresina/PI.

Já em relação ao Custo da Dívida, as prefeituras brasileiras foram bem avaliadas, mesmo com dados apresentando um recuo em relação a 2014. Dos municípios pesquisados, 3.779 não declararam possuir Dívida Consolidada Líquida.

Ao efetuar a análise comparativa entre os maiores e menores índices, o estudo mostra que há um abismo entre os 500 municípios em melhor situação fiscal e os 500 em pior situação ■

FNP reivindica regularização nos repasses do PAC e atualização no Código de Trânsito Brasileiro

Igo Estrela / FNP



Atrasos nas transferências de recursos da União preocupam prefeitos

O atraso no repasse financeiro para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e outros convênios, além da destinação de recursos das multas de trânsito foram pauta de audiência de representantes municipais com o secretário-executivo do Ministério das Cidades, Luciano Patrício.

A reunião, realizada no dia 29 de julho, em Brasília/DF, foi articulada pela FNP com o objetivo de expor ao governo federal as demandas municipalistas e buscar soluções para a crise financeira que penaliza as cidades e inviabiliza a gestão de serviços à população.

“Estamos aqui para apresen-

tar um panorama da realidade atual dos municípios, que estão em um endividamento crescente e com dificuldades por causa do atraso no repasse de recursos do PAC e outros convênios”, explicou a prefeita de Guarujá/SP e vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, Maria Antonieta. Segundo

ela, o que se espera agora é que as demandas sejam avaliadas com sensibilidade “para que seja possível gerir as obras e programas que já estão em curso”.

As declarações da prefeita foram replicadas pelos gestores municipais de outros seis municípios, que também participaram da audiência. O secretário de Obras e Serviços Públicos de Limeira/SP, Marcelo Coghi, ressaltou que é importante que haja um esforço para regularizar o cronograma de pagamentos. “A grande preocupação dos prefeitos nessa situação é que, por ser um ano eleitoral, não seja possível finalizar as obras até o final do ano. Isso, além do prejuízo político, também traz muitos transtornos à população”, disse.

Atualização CTB

Em razão da crise e das receitas em queda, os secretários também apresentaram ao representante do Ministério das

Cidades uma proposta de atualização do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) em relação à aplicação dos recursos das multas. O objetivo é contribuir para a eficiência da destinação de receitas arrecadadas com multas de trânsito na melhoria da mobilidade urbana e segurança do trânsito.

Na avaliação do secretário-executivo Luciano Patrício, o encontro foi produtivo e as queixas expostas tendem a ser resolvidas com base em alguns critérios. “Deve vir uma orientação geral da Presidência da República para dar prioridade às obras mais próximas da conclusão e para aquelas cuja conclusão demande menos verba”, declarou.

Ainda de acordo com Luciano, a proposta de atualização do Código de Trânsito Brasileiro será analisada logo após a posse do novo diretor do Denatran ■

RESERVE SUA AGENDA



IV ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reinventar o financiamento e a governança das cidades
24 a 28 de Abril de 2017 | Estádio Mané Garrincha | Brasília



Projeto Rural Sustentável: segunda chamada continua com inscrições abertas

Seguem abertas até o dia 19 de agosto as inscrições para o projeto Rural Sustentável, lançado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Embaixada Britânica e Banco do Brasil (BB). A iniciativa é voltada a produtores e técnicos rurais de 70 municípios da Amazônia e da Mata Atlântica interessados no combate à pobreza rural, transferência de tecnologias agropecuárias de baixo carbono e conservação de solos e florestas.

No total, o projeto deve beneficiar mais de 3,5 mil pequenas e médias propriedades nos biomas Amazônia e Mata Atlântica que englobam os estados do Mato Gros-

so, Pará, Rondônia, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul por meio do mecanismo de financiamento por resultado.

A partir do projeto, espera-se que ocorra uma melhoria no acesso ao crédito rural oficial (Programa ABC, PRONAF, PRONAMP e outras linhas de financiamento) de agricultores que desejam reduzir as emissões de carbono, ampliar a sustentabilidade e a gestão das florestas em suas propriedades.

Para participar, os produtores interessados devem fazer parte dos biomas, estados e municípios brasileiros contemplados; estar classificados como unidade de produção familiar rural, população tradicional, assentados da

reforma agrária, pessoa física ou jurídica representante do público beneficiado como associações e cooperativas; e ter posse legal da propriedade rural com até 15 módulos fiscais como proprietário, locatário, inquilino, parceiro, ou franqueado do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Além de serem reconhecidos pela adoção de práticas sustentáveis, os produtores selecionados receberão apoio técnico e financeiro para assistência técnica, adoção de tecnologias agropecuárias com baixa emissão de carbono e para promover a restauração florestal.

Mais informações, acesse <http://www.ruralsustentavel.org/pt-br/> ■

Compara Brasil já traz dados fiscais de 2015

A ferramenta de consulta e pesquisa Compara Brasil (comparabrasil.com) já tem os dados fiscais de 2015, da União, estados e municípios. O portal mantém atualizações frequentes com os dados oficiais disponíveis. O site, que tem acesso livre, foi projetado de forma a facilitar o uso por diferentes tipos de públicos e auxiliar na transparência dos dados públicos.

O Compara Brasil se divide em quatro módulos sobre finanças públicas: dos municípios, das capitais, dos estados e da União.

Na ferramenta é possível realizar variadas consultas e pesquisas de forma simples e rápida.

A partir de sistemas que compõem a ferramenta, o usuário monta planilhas, gráficos e rankings definindo seus próprios parâmetros de cada uma das cidades e dos estados brasileiros, também

pode acessar dados de arrecadação da União e gerar, ainda, seus próprios mapas fiscais. A FNP é parceira do Compara Brasil que foi projetado pela Aequus Consultoria ■



Compara
Brasil

Repases da União para saúde preocupam prefeitos

Igo Estrela / FNP



Atrasos nas transferências de recursos podem afetar atendimento da população

Em busca de soluções diante da acentuada queda nos repasses e transferências de recursos, a prefeita do Guarujá/SP e vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, Maria Antonieta, e gestores de outros sete municípios se reuniram no dia 29 de julho, em Brasília/DF, com o secretário-executivo do Ministério da Saúde (MS), Antônio Carlos Nardi. Entre as demandas municipalistas pontuadas, destaque para a crescente dificuldade na gestão financeira do sistema público de saúde e a importância da continuidade do programa federal Mais Médicos para o Brasil.

Na audiência, o tom dos repre-

sentantes municipais era de apreensão, principalmente em relação à manutenção dos serviços para a população e ao fechamento das contas para o encerramento dos mandatos, em dezembro. “Nós viemos sensibilizar, no sentido da preocupação também do Ministério da Saúde, em descontingenciar recursos que garantam que nós consigamos receber os repasses financeiros de todos os programas até o mês de dezembro, não ampliando assim o nosso endividamento”, destacou a prefeita Maria Antonieta.

Para o secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico de

São Paulo/SP, Rogério Ceron, o que precisa nesse momento de instabilidade é, pelo menos, “enxergar uma previsibilidade de repasse para que seja possível fechar as contas”.

Segundo a secretária-adjunta de Planejamento de Cuiabá/MT, Iracema Maria Queiroz, a situação do município retrata bem o caos no setor de Saúde, agravado com a crise financeira do país. “Em Cuiabá, a retração no repasse para a Saúde foi de 17%. Hoje, 32% da receita corrente líquida do município está sendo destinada para o setor e a demanda não para de crescer, desde a atenção básica até os serviços de média e alta

complexidades”, destacou.

O secretário-executivo do MS reconheceu como legítimo o pleito dos municípios, mas destacou que o contexto é de adequação. “O Ministério da Saúde foi o que mais sofreu contingenciamento de recursos”, disse. “Assumimos o compromisso, por parte do Ministério da Saúde, em fazer os esforços necessários, na questão dos descontingenciamentos financeiros, dos repasses regulares em dia e das habilitações de serviços já em funcionamento para poderem, dessa maneira, aliviar os custos adicionais que os municípios estão tendo”, completou Antônio Carlos Nardi.

Mais Médicos

O programa Mais Médicos também esteve na pauta da reunião e foi ressaltado como fundamental para o enfrentamento da insuficiência do atendimento básico de saúde, aprimorando a atenção primária à população. Além de defender a continuidade do programa, sobretudo em razão do déficit de profissionais que já existe, os representantes municipais entregaram um ofício nominal ao ministro da Saúde, Ricardo

Barros, pedindo celeridade na retomada do edital que prevê a abertura de novos cursos de Medicina.

Segundo o documento, “a abertura de novos cursos, em 39 municípios do interior do país, combinada com novas vagas em residência médica, permitirá que a demanda da sociedade por serviços de saúde seja atendida de forma permanente, assegurando, inclusive, a interiorização dos profissionais médicos”.

Também participaram da audiência o secretário de Finanças de Cuiabá/MT, Pascoal Santullo; a coordenadora de Orçamento da secretaria de Planejamento de Cuiabá/MT, Sandra Anunciação; o secretário de Gestão Estratégica de Limeira/SP, André Basso; o secretário de Obras e Serviços Públicos de Limeira/SP, Marcelo Coghi; o secretário de Saúde de Campinas/SP, Carmino de Souza; a secretária de Saúde de São Bernardo do Campo/SP, Odete Carmem Gialdi; o secretário-adjunto de Finanças de São Bernardo do Campo/SP, Vagner da Rocha; a secretária-adjunta de Saúde de Fortaleza/CE, Lúcia Cidrão; e o secretário de Governo de Macapá/AP, Asiel Araújo ■

Audiência Pública discute proibição de descarte irregular de resíduos em vias públicas

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados promoveu, no dia 7 de julho, uma Audiência Pública sobre o Projeto de Lei nº 3408/15, do Senado Federal, que acrescenta proibição de descarte irregular de resíduos em vias públicas, à lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10). O secretário de Meio Ambiente da prefeitura de Belo Horizonte/MG, Custódio Antônio de Mattos, representou a FNP no debate sobre a regulamentação de locais e regras para descarte de pequenos entulhos.

Segundo o secretário, existem dois grandes problemas a serem sanados: “despejo clandestino de resíduos da construção civil e a convergência entre a coleta seletiva e a reciclagem”. Para Custódio, o Brasil ainda está muito atrasado em políticas de limpeza pública.

“Sugiro alteração na lei atual.

Que esse ponto que debatemos seja o mais abrangente possível. Que haja proibição do descarte de resíduos fora dos locais estipulados e que tenha punição para quem desrespeitar as regras. Da forma como está na PNRS, não irá mudar em nada”, salientou, ressaltando que a FNP pede que os acordos setoriais entre governo e os setores privados não beneficiem apenas as empresas, mas que olhem com mais atenção às necessidades dos municípios.

Além de Custódio, foram convidados para o debate o gerente de Resíduos Sólidos do Departamento de Ambiente Urbano da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Eduardo Rocha Dias Santos; o assessor especial da Diretoria-Geral de Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, Guilherme de Almeida e a consul-

tora da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Cláudia Lins.

Coleta domiciliar

Segundo o representante do ministério do Meio Ambiente, Eduardo Rocha, a abrangência da coleta domiciliar em áreas urbanas são satisfatórias, com 98,6%. Já em áreas rurais, apenas 47% do lixo são coletados.

Eduardo Rocha salientou problemas com o descarte inadequado de resíduos sólidos. “Comprometimento da rede de drenagem, poluição visual, proliferação de vetores, deterioração da qualidade ambiental e

diminuição do bem-estar social”.

Setor privado

Para a CNM, as empresas produtoras de embalagens deveriam arcar com os custos da limpeza

urbana no país. “O setor privado, produtores de embalagens, deveriam ressarcir os cofres públicos que escoam milhões para a limpeza das áreas públicas”, disse Cláudia Lins ■



Paulo Negreiros / FNP

Para FNP, acordos setoriais precisam prestar atenção às necessidades dos municípios

Seminário sobre transporte debate cidades inteligentes

Aparício Reis / PMG



Desafios da mobilidade urbana estiveram na pauta do evento

Debates sobre transporte público e meio ambiente foram foco do 1º Seminário Metropolitano “Cidades Inteligentes – Juntos pela mobilidade sustentável e segura”, dias 28 e 29 de julho, em Guarulhos/SP. O evento foi promovido pela prefeitura de Guarulhos, pelo Fórum Paulista de Dirigentes e Gestores Públicos de Mobilidade Urbana e a Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), entre outros parceiros, contou com o apoio da FNP.

O seminário teve como objetivo construir e apontar metas e soluções para temas da mobilidade urbana,

saúde e sustentabilidade dos municípios. O evento trouxe experiências e iniciativas que já estão acontecendo no Brasil e no exterior para viabilizar as metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e validadas em Brasília/DF, em novembro passado, durante a 2ª Conferência de Alto Nível Global sobre Segurança no Trânsito.

O prefeito anfitrião e vice-presidente estadual da FNP, Sebastião Almeida; o prefeito de São Bernardo do Campo/SP e secretário-geral da FNP, Luiz Marinho; o presidente da ANTP, Ailton Brasiliense; e o secretário de Transportes e Trânsito de Guarulhos/SP e presidente do Fórum Paulista de Dirigentes e Gestores Públicos de Mobilidade Urbana, Atílio André Pereira, foram algumas autoridades que participaram do seminário.

Uma mesa redonda com o diretor de Sustentabilidade do Metropolitan Transportation Authority (MTA), em Nova Iorque (EUA), Projjal K. Dutta; o gerente de Mobilidade Humana de Medellín (Colômbia), Juan Camilo Gómez González; com o sub-diretor geral de Planejamento de Mobilidade Sustentável da prefeitura de Madrid (Espanha), Carlos Corral e com o diretor de Transporte e Segurança de Buenos Aires (Argentina), Mariano Morel foi o ponto alto dos debates. A atividade destacou as novas saídas para a construção de um trânsito baseado em transportes que causem menos impacto ao meio ambiente.

No dia 29, o destaque ficou por conta da mesa redonda “A construção de uma agenda coletiva de mobilidade urbana para a Região Metropolitana de São Paulo”, com participação do secretário municipal de Saúde de São Paulo/SP, Alexandre Padilha ■

Ribeirão Preto realiza 5º Seminário de Gestão Pública Fazendária

JF Pimenta / Divulgação



Encontro debateu as questões fiscais dos municípios

Contabilidade, controladoria, orçamento e tributação foram alguns dos temas abordados nas palestras e workshops da 5ª edição do Seminário de Gestão Pública Fazendária, dias 27 e 28 de julho, em Ribeirão Preto/SP. O evento, de iniciativa da prefeitura de Ribeirão Preto/SP, contou com a participação da prefeita anfitriã, Dárcy Vera, vice-presidente de Infraestrutura

Urbana da FNP, uma das entidades apoiadoras.

Secretários e gestores municipais, além de servidores de diversas áreas também participaram das atividades, que foram pautadas por demandas municipalistas como Inteligência fiscal, judicialização da saúde e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O seminário marcou ainda o 12º

Encontro Estadual de Secretários de Finanças/Fazenda (Sefin/SP), em que foram debatidas a política pública tributária e a justiça fiscal. Com três anos de formação, o grupo agrega secretários de municípios de médio e grande porte e, entre outras atribuições, promove o compartilhamento de experiências exitosas, pesquisa, ensino e qualificação profissional ■

FNP manifesta solidariedade a Nice após atentado



A FNP enviou mensagem de solidariedade ao povo francês diante do atentado ocorrido na cidade de Nice, no dia 14 de julho, em que foram registradas dezenas de mortos. Na manifestação ao prefeito local, Philippe Pradal, o presidente da FNP Marcio Lacerda,

prefeito de Belo Horizonte/MG, deseja que a cidade consiga se reerguer com a força dos valores da bandeira francesa “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

Leia abaixo a mensagem em português e em francês:

Prezado Prefeito Philippe Pradal,

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) brasileiros registra novamente sua solidariedade com o povo francês e especialmente com os habitantes de Nice.

Não podemos, como representantes eleitos democraticamente pela população dos municípios de nosso país, deixar de demonstrar nossa preocupação com a tragédia ocorrida durante as comemorações da Queda da Bastilha. Essa data, tão importante para o povo francês, é um ícone da democracia e da resiliência, fazendo da França um exemplo para o mundo.

Assim, registramos nossos mais profundos sentimentos e os votos de que Nice saiba se reerguer dessa tragédia, com a força de sua população e dos valores da bandeira francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

Cordialmente,
Marcio Lacerda
Prefeito de Belo Horizonte (MG)
Presidente da Frente Nacional de Prefeitos do Brasil

.....

Cher Maire Philippe Pradal
Monsieur le Maire,

Le Front National des Maires (FNP), association brésilienne des maires, nous transmettons notre solidarité avec le peuple français et surtout les habitants de Nice.

En tant que représentants élus démocratiquement par la population des municipalités de notre pays, nous sommes dans le devoir de démontrer notre souci de la tragédie qui a eu lieu lors des célébrations de la fête de la Bastille. Cette date si important pour le peuple français, est une icône de la démocratie et de la résilience, faisant de la France un exemple pour le monde.

Ainsi, nous transmettons nos sentiments les plus profonds et nous espérons que Nice pourra se reconstruire de cette tragédie, avec la force de son peuple et les valeurs du drapeau français: la liberté, l'égalité et la fraternité.

Cordialement,
Marcio Lacerda
Mairie de Belo Horizonte (MG)
Président du Front National des Maires du Brésil - FNP

Inspirados no III EMDs, municípios instituem Consórcio de Saneamento Básico

Em 2015, agentes de desenvolvimento de diversas regiões do país participaram das atividades do III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). Uma das discussões propostas para o Ponto de Encontro, que tratava da criação de Consórcios Públicos, chamou a atenção de agentes do Rio Grande do Norte, que levaram a experiência para suas regiões.

Foi assim que 11 municípios potiguares (Touros; São Miguel do Gostoso; Jandira; Parazinho; Bento Fernandes; Pureza; Pedra Grande; Jardim de Angicos; São Bento do Norte; João Câmara e Caiçara do Norte) se juntaram e criaram o Consórcio Público Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Mato Grande (Cismag).

“O consórcio nasceu de uma conversa durante o III EMDs, quando me encontrei com o

prefeito de Embu das Artes/SP e vice-presidente de Consórcios Públicos da FNP, Chico Brito, e com a coordenadora-executiva do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF), Marcela Cherubine. Desse diálogo cheguei ao Rio Grande do Norte motivado. Criamos uma comissão provisória de implantação do consórcio e, no dia 13 de agosto de 2015, criamos o CISMAG”, relatou o agente de desenvolvimento de São Miguel do Gostoso/RN, Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira.

Segundo uma das diretoras do Consórcio Público da Região do Mato Grande, Maria de Fátima Tertulino, prefeita de São Miguel do Gostoso/RN, a burocracia e uma série de outros fatores faz com que o governo federal dificulte a liberação de recursos públicos para os municípios de pequeno porte. “Hoje, uma das

nossas dificuldades para executarmos ações nos municípios é a falta de recurso. Isso acontece devido à burocracia do governo federal em liberar essas verbas. O que ocorre é a paralisação ou não execução de obras básicas, obras estruturantes, obras de saneamento básico para municípios do porte dos que compõem a Região do Mato Grande”, ressaltou.

Ainda de acordo com a prefeita, o consorciamento dos 11 municípios potiguares é uma esperança de melhoria para a região. “Juntos somos mais fortes do que apenas um. A questão de recursos dos programas, dos projetos e dos técnicos que irão compor o consórcio já foi uma conquista nossa, desde sua mobilização, fundação, assinatura e adesão ao Protocolo de Intenções. Estamos no caminho certo e a palavra de ordem é cooperação”, destacou Maria de Fátima ■

PEC sobre consórcios públicos na área de saúde tramita no Senado

A FNP e o Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF) estão acompanhando a discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 46/2013, que tramita no Senado Federal. A PEC disciplina a instituição de consórcio público destinado à atuação exclusiva no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e na atenção básica. A Proposta está em discussão no plenário, em primeiro turno, e aguarda inclusão na pauta do Senado.

Já com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Humberto Costa (PE) apresentou três subemendas para a PEC nº 46. Uma das propostas tem o objetivo de incluir os municípios no rol de entes que podem constituir consórcios públicos quando se tratar de matérias no âmbito do SUS, com prioridade na atenção básica à saúde. A participação dos municípios na instituição desse tipo de consórcio não está

prevista no texto original da PEC.

Em outra subemenda, para suprir a demanda de outros profissionais que compõem os consórcios públicos de saúde, o senador propõe a contratação de profissional de nível superior na área de saúde, ampliando a forma de contratação restrita, com a atual legislação, a contratação apenas de médicos.

Em sua terceira subemenda, o senador Humberto Costa complementa com a solicitação de troca do termo de contratação de “médicos” para “qualquer profissional de nível superior na área de saúde” e inclui o termo “público” após “órgãos e entidades”, com a finalidade de garantir que esses profissionais atuem em serviços públicos de saúde.

Após passar por cinco sessões de discussão no plenário do Senado, em dois turnos, a matéria seguirá para a Câmara dos Deputados quando a FNP e o OCPF poderão participar das discussões da Casa ■

Porto Alegre consegue liminar da Justiça Federal para retenção do Imposto de Renda

A orientação da FNP para que as cidades judicializem a mudança nas regras para retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) continua obtendo êxito na Justiça. Após outras prefeituras conseguirem reverter a mudança de entendimento da Receita Federal a respeito da titularidade do IRRF em rendimentos pagos pelos municípios, em julho foi a vez de Porto Alegre/RS conseguir a liminar da Justiça Federal.

Para o juiz federal Alexandre Rossato da Silva Ávila, que julgou a ação, cabe aos municípios e suas

autarquias e fundações o imposto de renda, incidente na fonte, sobre os rendimentos pagos a qualquer título. “A expressão ‘pagos a qualquer título’ é suficientemente clara para afastar a pretensão do Fisco em limitar, por um ato normativo, a partilha constitucional da receita do imposto de renda retido na fonte, reduzindo, deste modo, as receitas das entidades políticas, impondo-lhes flagrante submissão fiscal à União, ameaçando o princípio federativo”, destacou.

Atuação da FNP

A FNP, em conjunto com a Associação Brasileira de Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e o Fórum de Procuradores Gerais das Capitais Brasileiras, manteve exaustivas negociações com o governo federal sobre o tema. A pauta foi tratada no dia 4 de março, com a presidente da República Dilma Rousseff, em reunião do Comitê de Articulação Federativa (CAF); e no dia 24 de março, com o então secretário-executivo do ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, durante a 69ª Reunião Geral da FNP no Rio de Janeiro/RJ. Após

a Reunião Geral, a FNP articulou novas reuniões com o ministério da Fazenda, mas sem avanços na negociação.

No dia 4 de maio, com o entendimento do governo federal de que “os municípios apenas teriam direito ao IRRF que fosse incidente sobre os rendimentos pagos, exclusivamente, aos seus empregados”, a entidade encaminhou uma mensagem a todos os prefeitos brasileiros indicando a judicialização do tema.

Documentos

Os documentos disponibilizados

pela FNP para embasar a judicialização estão disponíveis no endereço eletrônico <http://multimidia.fnp.org.br/biblioteca/documentos/item/442-documentos-para-judicializacao-do-irrf>.

Perdas

De acordo com levantamento preliminar feito pela Abrasf, São Paulo/SP e Curitiba/PR devem ser as capitais mais afetadas com redução da arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte, com quedas da ordem de R\$ 274 milhões e R\$ 33 milhões, respectivamente, neste ano ■

Prefeito, filie seu município à FNP

A única entidade municipalista nacional dirigida exclusivamente por prefeitos e prefeitas no exercício dos mandatos

(61) 3044-9800
www.fnp.org.br

FNP Frente Nacional de Prefeitos

Projeto de proteção dos direitos das crianças e adolescentes com foco nos Jogos Olímpicos é lançado no Rio de Janeiro

Ampliação da proteção de crianças e adolescentes em grandes eventos é uma das oportunidades de transformação criadas no Brasil a partir dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016. A campanha conjunta “Respeitar Proteger Garantir – Todos Juntos pelos Direitos da Criança e do Adolescente”, realizada pela FNP e parceiros - com cofinanciamento da União Europeia (UE) - foi instituída com essa missão. Lançada oficialmente no dia 1º de agosto, na capital fluminense, a campanha visa sensibilizar e envolver a comunidade, o poder público e o máximo de instituições e organizações da sociedade civil durante a maior competição esportiva do mundo, sobre a importância da proteção integral da infância e da juventude.

Para alcançar essa meta, a ação foca na prevenção de cinco violações de direitos da criança e do adolescente consideradas as mais recorrentes em grandes eventos: exploração sexual infanto-juvenil, trabalho infantil, crianças em situação de rua, uso de álcool e outras drogas e crianças perdidas e desaparecidas.

Como forma de orientar população e turistas foram capacitados cerca de mil profissionais do Sistema de Garantias de Direitos (SDG) do Rio de Janeiro, responsáveis pelos fluxos de atendimento durante os Jogos Olímpicos. Além disso, cerca de 100 voluntários da campanha, brasileiros e estrangeiros, farão a sensibilização direta da população e dos turistas no período das disputas. Os voluntários vão tirar dúvidas sobre violações de direito das crianças e adolescentes e incentivarão o público a postar fotos e textos sobre a campanha nas redes sociais.

Para o vice-prefeito do Rio de Janeiro, Adilson Pires, que participou da cerimônia de lançamento, realizada durante as boas-vindas aos voluntários brasileiros e estrangeiros, o projeto que envolve tantos jovens de dentro e de fora do Brasil, em uma ação de voluntários, neste período de Olimpíadas, tem vários aspectos fundamentais. “Um deles é que nós podemos levar, aos turistas e a população de modo geral, que a nossa cidade, nosso País e o mundo já não aceitam mais essas violações de di-

reitos de crianças e adolescentes”. Falando sobre o envolvimento do poder público com o terceiro setor, como na campanha “Respeitar Proteger Garantir”, o vice-prefeito Adilson destacou o engajamento e o claro papel de cada instituição para o êxito da campanha. “Quando nós fazemos uma parceria com a socie-

estar aqui, durante os Jogos Olímpicos. Aqui tenho contato com pessoas de diversas partes do mundo e isso serve como crescimento profissional, pessoal. As crianças são o nosso amanhã, então temos que cuidar do nosso futuro, não só no Brasil como no mundo.”

O voluntário argentino Jonathan

cedeu sua imagem de forma gratuita e solidária à campanha.

A realização é da FNP, com cofinanciamento da União Europeia (UE) e parceria do Viva Rio, da italiana ISCOS Piemonte, da Rede Internacional End Child Prostitution, Pornography and Trafficking (ECPAT) (França), das prefeituras de

to: o Ministério Público do Trabalho, a Fundação Abrinq, a AccorHotels, a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do estado de São Paulo/SP (ABIH-SP), a Associação Brasileira de Agentes de Viagens do Rio de Janeiro (ABAV-Rio), o Shopping Madureira, a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do estado do Rio de Janeiro (Fetranspor), a Lamsa, a Concessionária Litoral Norte (CLN), a concessionária de rodovias CART, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba), a VIA 040, o GRU Airport – Aeroporto Internacional de São Paulo, o Instituto Invenpar, o Comitê Estadual de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a Ancar Invanhoe Shopping Centers, a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), a Happy Child, a Latam, a Brasil Saúde & Ação (Brasa), o Sistema Nações Unidas no Brasil, a ANDI – Comunicação e Direitos, o Canal Futura, o Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB), a Instituição Nossa Casa e a agência de turismo Find Your Rio.

Outras cidades

As outras cidades que receberão partidas de futebol durante os Jogos Olímpicos – Manaus/AM, São Paulo/SP, Brasília/DF, Belo Horizonte/BH e Salvador/BA - também aderiram à campanha com a divulgação do folder institucional, indicação de voluntários e capacitação.

No Distrito Federal, por meio da Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude (Secriança), cerca de cem voluntários estarão nas proximidades do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha nos dias dos dez jogos de futebol que ocorrerão na capital do País para alertar torcedores sobre as principais violações de direitos que podem ocorrer durante grandes eventos.

De acordo com o secretário de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude de Brasília, Aurélio Araújo, essa ação é fundamental para Brasília, que está na rota de grandes eventos. “É necessário estar em alerta constante para evitar qualquer tipo de violação”, diz ■



Voluntários de vários países participam do projeto

dade civil, que envolve voluntários, temos que agir sempre de forma sincera, séria e transparente, cada um podendo fazer a sua parte. Essa é a chave do sucesso, ou seja, integrar pessoas que tenham aspecto e papéis diferentes em busca de uma causa comum”.

O atleta olímpico de saltos ornamentais Hugo Parisi, que cedeu sua imagem de forma gratuita e solidária à campanha, também participou do lançamento. “Quando surgiu o convite para participar desta campanha, eu não pensei duas vezes, pois eu acredito que vivo em um dos lugares mais democráticos: o esporte, onde deixamos de lado todos os nossos preconceitos, discriminações e o que vale é o espírito esportivo, que vença o melhor. Muito mais do que respeitarmos as crianças e adolescentes, eu vejo que esta campanha está tentando assegurar todos os seus direitos, e isso é uma iniciativa louvável”, frisou o atleta, que estará participando de sua quarta Olimpíada.

Na opinião da voluntária de São Paulo/SP, Nathália de Oliveira, presente no lançamento, é essencial assegurar o direito de crianças e adolescentes. “Isso me engajou a

Morales também destacou o futuro das novas gerações. “Pretendemos, com a campanha, deixar em evidência o combate à exploração infantil, em qualquer de suas formas, pois, seja na Argentina, de onde venho, ou de qualquer parte do mundo, os jovens, crianças e adolescentes são o futuro de nossas sociedades, de nossos povos, então creio que garantindo esses direitos esses jovens poderão crescer em um berço de garantias e direitos, trazer uma melhor qualidade de vida para nossos povos e para a América Latina como um todo”.

Projeto Rio 2016

A campanha faz parte do projeto “Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente”, uma continuidade da ação promovida para a Copa do Mundo FIFA 2014 que, à época, tinha como meta o combate à exploração sexual infantil. O programa de voluntariado do projeto para os Jogos Olímpicos tem como base a experiência do Grupo de Apoio em Mega Eventos (G.A.M.E.), realizada em Porto Alegre, em 2014, durante a Copa. Além de Hugo Parisi, a atriz da Rede Globo Elizabeth Savala também

Porto Alegre (RS) e do Rio de Janeiro (RJ) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

A iniciativa também conta com o apoio do governo federal, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania, da Rede Mercocidades, do Programa de Cooperação 100 Cidades para 100 Projetos Brasil-Itália, da Childhood Brasil, do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), da ECPAT Brasil, do Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Rio de Janeiro (Cedeca-RJ), do Comitê de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes nos Megaeventos do Rio de Janeiro, do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e da Rede de Gestores formada por representantes das cidades de Fortaleza/CE, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, Natal/RN, Recife/PE, Salvador/BA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Cuiabá/MT, São Paulo/SP, Curitiba/PR, Manaus/AM, São Luís/MA.

Também colaboram com o proje-